

BALANCETES

EXERCÍCIO — ANO 2003

Demonstrativo de Receitas x Despesas — outubro/2003	
RECEITAS	DESPESAS
Receita Social R\$ 65.518,87	Departamento de Imprensa R\$ 11.338,54
Mensalidades R\$ 65.518,87	Despesas Trabalhistas R\$ 6.400,75
Receita Tributária R\$ 498,66	Encargos Sociais R\$ 1.528,11
Contribuição Sindical R\$ 498,66	Despesas Depto. Imprensa R\$ 3.409,68
Receita Aposentados R\$ 3.354,44	Departamento Jurídico R\$ 12.179,36
Mensalidades R\$ 3.354,44	Despesas Trabalhistas R\$ —
Campanhas Salariais R\$ 2.592,22	Encargos Sociais R\$ —
Venda camisetas/Campanha R\$ 58,00	Despesas Depto. Jurídico R\$ 12.179,36
Fundo de Greve R\$ 2.534,22	Departamento Administrativo R\$ 14.366,49
Receitas Eventuais R\$ 158,13	Despesas Trabalhistas R\$ 11.502,31
Vendas Diversas R\$ —	Encargos Sociais R\$ 2.410,18
Receitas de Patrocínio R\$ —	Despesas Depto. Administrativo R\$ 454,00
Reembolso Diversos R\$ 158,13	Departamento Financeiro R\$ 7.726,80
Receitas com Seguros R\$ 3.165,94	Despesas Trabalhistas R\$ 5.728,82
Comissão Seguros R\$ 3.165,94	Encargos Sociais R\$ 1.351,40
Receitas Financeiras R\$ 427,88	Despesas Depto. Financeiro R\$ 646,58
Ganhos c/ Aplic Financ R\$ —	Depto Formação Sindical R\$ 12.205,00
Ganhos c/ Popupança R\$ 427,88	Seminários Congressos Intern R\$ 3.675,00
Receitas s/Empréstimos R\$ 419,42	Seminários Congressos Extern R\$ 8.530,00
Juros R\$ —	Manifestações R\$ —
Atualização Monetária R\$ 419,42	Despesas c/ Campanha Salarial R\$ —
Juros/Descontos Obtidos R\$ —	Desp c/ Camp. Carmo Mata R\$ —
Juros Ativos R\$ —	Departamento de Mulheres R\$ —
Descontos Obtidos R\$ —	Departamento Aposentados R\$ 1.260,02
Receitas Não Operac R\$ —	Despesas Gerais R\$ 1.260,02
Alienação Bens Perman R\$ —	Departamento Diretoria R\$ 17.109,41
Alienação Imobilizado R\$ —	Reunião de Diretoria R\$ 10.235,62
Total das Receitas R\$ 76.135,56	Reuniões Div/Trab Base Sist R\$ 1.919,61
	Despesas c/ Eleições (Copass) R\$ 4.103,18
	Despesas c/ Acordo (Consultoria PCCS/GDI) R\$ 851,00
	Desp Acessorias Administr R\$ 16.502,42
	Despesas de Consumo R\$ 5.603,69
	Despesas com Materiais R\$ 3.715,67
	Contribuições/Filiações R\$ 3.630,00
	Despesas Operacionais R\$ 4.553,06
	Veículos R\$ 1.922,00
	Encargos não Operacionais R\$ —
	Encargos Financeiros R\$ 656,05
	Total das Despesas R\$ 95.266,09

Demonstrativo de Receitas x Despesas — dezembro/2003	
RECEITAS	DESPESAS
Receita Social R\$ 64.532,20	Departamento de Imprensa R\$ 7.394,42
Mensalidades R\$ 64.532,20	Despesas Trabalhistas R\$ 4.493,63
Receita Tributária R\$ —	Encargos Sociais R\$ 1.419,12
Contribuição Sindical R\$ —	Despesas Depto. Imprensa R\$ 1.481,67
Receita Aposentados R\$ 200,00	Departamento Jurídico R\$ 9.516,18
Mensalidades R\$ 200,00	Despesas Trabalhistas R\$ —
Campanhas Salariais R\$ 13,00	Encargos Sociais R\$ —
Venda camisetas/Campanha R\$ 13,00	Despesas Depto. Jurídico R\$ 9.516,18
Fundo de Greve R\$ —	Departamento Administrativo R\$ 12.229,23
Receitas eventuais R\$ 234,15	Despesas Trabalhistas R\$ 9.737,43
Vendas Diversas R\$ —	Encargos Sociais R\$ 2.491,80
Receitas de Patrocínio R\$ —	Despesas Depto. Administrativo R\$ —
Reembolso Diversos R\$ 234,15	Departamento Financeiro R\$ 5.503,57
Receitas com Seguros R\$ 3.144,85	Despesas Trabalhistas R\$ 3.902,01
Comissão Seguros R\$ 3.144,85	Encargos Sociais R\$ 1.054,26
Receitas Financeiras R\$ 255,50	Despesas Depto. Financeiro R\$ 547,30
Ganhos c/ Aplic Financ R\$ 255,50	Depto Formação Sindical R\$ 1.662,33
Ganhos c/ Popupança R\$ —	Seminários Congressos Intern R\$ 879,40
Receitas s/Empréstimos R\$ 49,29	Seminários Congressos Extern R\$ 718,93
Juros R\$ 49,29	Manifestações R\$ 84,00
Atualização Monetária R\$ —	Despesas c/ Campanha Salarial R\$ —
Juros/Descontos Obtidos R\$ —	Desp c/ Camp. Carmo Mata R\$ —
Juros Ativos R\$ —	Departamento de Mulheres R\$ 140,20
Descontos Obtidos R\$ —	Departamento de Saúde R\$ 385,87
Receitas Não Operac R\$ —	Departamento Aposentados R\$ 1.111,21
Alienação Bens Perman R\$ —	Despesas Gerais R\$ 1.111,21
Alienação Imobilizado R\$ —	Departamento Diretoria R\$ 20.508,63
Total das Receitas R\$ 68.428,99	Reunião de Diretoria R\$ 15.921,54
	Reuniões Div/Trab Base Sist R\$ 3.558,70
	Despesas c/ Eleições (Copass) R\$ —
	Despesas c/ Acordo (Consultoria PCCS/GDI) R\$ 1.028,39
	Desp Acessorias Administr R\$ 20.358,75
	Despesas de Consumo R\$ 7.126,99
	Despesas com Materiais R\$ 1.120,08
	Contribuições/Filiações R\$ 7.906,80
	Despesas Operacionais R\$ 4.204,88
	Veículos R\$ 945,63
	Encargos não Operacionais R\$ —
	Encargos Financeiros R\$ 633,84
	Total das Despesas R\$ 80.409,86

Demonstrativo de Receitas x Despesas — novembro/2003	
RECEITAS	DESPESAS
Receita Social R\$ 64.391,91	Departamento de Imprensa R\$ 10.941,28
Mensalidades R\$ 64.391,91	Despesas Trabalhistas R\$ 5.507,46
Receita Tributária R\$ 278,77	Encargos Sociais R\$ 1.583,58
Contribuição Sindical R\$ 278,77	Despesas Depto. Imprensa R\$ 3.850,24
Receita Aposentados R\$ 1.164,21	Departamento Jurídico R\$ 4.711,86
Mensalidades R\$ 1.164,21	Despesas Trabalhistas R\$ —
Campanhas Salariais R\$ 266,00	Encargos Sociais R\$ —
Venda camisetas/Campanha R\$ —	Despesas Depto. Jurídico R\$ 4.711,86
Fundo de Greve R\$ 266,00	Departamento Administrativo R\$ 15.031,27
Reembolso COPASS R\$ 16.236,91	Despesas Trabalhistas R\$ 11.482,54
Vendas Diversas R\$ —	Encargos Sociais R\$ 3.023,63
Receitas de Patrocínio R\$ —	Despesas Depto. Administrativo R\$ 525,10
Reembolso Diversos R\$ 16.236,91	Departamento Financeiro R\$ 6.102,37
Receitas com Seguros R\$ 3.205,53	Despesas Trabalhistas R\$ 3.833,34
Comissão Seguros R\$ 3.205,53	Encargos Sociais R\$ 1.622,45
Receitas Financeiras R\$ 102,34	Despesas Depto. Financeiro R\$ 646,58
Ganhos c/ Aplic Financ R\$ 77,95	Depto Formação Sindical R\$ 4.091,77
Ganhos c/ Popupança R\$ 24,39	Seminários Congressos Intern R\$ —
Receitas s/Empréstimos R\$ 54,61	Seminários Congressos Extern R\$ 3.138,50
Juros R\$ 54,61	Manifestações R\$ 953,27
Atualização Monetária R\$ —	Despesas c/ Campanha Salarial R\$ —
Juros/Descontos Obtidos R\$ —	Desp c/ Camp. Carmo Mata R\$ —
Juros Ativos R\$ —	Departamento de Mulheres R\$ 670,00
Descontos Obtidos R\$ —	Departamento de Saúde R\$ 509,00
Receitas Não Operac R\$ —	Departamento Aposentados R\$ 1.785,96
Alienação Bens Perman R\$ —	Despesas Gerais R\$ 1.785,96
Alienação Imobilizado R\$ —	Departamento Diretoria R\$ 17.942,66
Total das Receitas R\$ 85.700,28	Reunião de Diretoria R\$ 3.233,86
	Reuniões Div/Trab Base Sist R\$ 1.892,95
	Despesas c/ Eleições (Copass) R\$ 10.321,85
	Despesas c/ Acordo (Consultoria PCCS/GDI) R\$ 2.494,00
	Desp Acessorias Administr R\$ 21.361,36
	Despesas de Consumo R\$ 5.948,50
	Despesas com Materiais R\$ 4.903,07
	Contribuições/Filiações R\$ 4.397,00
	Despesas Operacionais R\$ 6.112,79
	Veículos R\$ 2.253,01
	Encargos não Operacionais R\$ —
	Encargos Financeiros R\$ 775,24
	Total das Despesas R\$ 86.175,78

CONSULTORIA JURÍDICA

ESTRUTURA DO DEPARTAMENTO JURÍDICO

O Departamento Jurídico do SINDÁGUA-MG está sendo reformulado para o atendimento eficaz do maior número de sindicalizados, tanto da região metropolitana, quanto do interior do Estado. Serão atendidas somente as ações de Direito Trabalhista, Previdenciário e de Família, não podendo ser recebidas, em nenhuma hipótese, qualquer demanda de outra espécie. Em Belo Horizonte e RMBH as consultas serão atendidas na sede do Sindágua. No interior deverão ser procurados Advogados nas respectivas localidades e, após recebida pelo Sindágua e autorizada a planilha de honorários de acordo com porcentagem da tabela da OAB, o empregado estará apto a contratar os serviços que serão pagos, dessa forma, pelo Sindicato. Nas próximas edições estarão sendo veiculadas outras informações quanto à natureza e evolução de processos já em andamento.

Tem alguma dúvida? Mandar suas perguntas para o e-mail juridico@sindagua.com.br que elas serão respondidas pelos advogados e podem ser publicadas nessa coluna.

Plantões dos advogados - na sede do SINDÁGUA-MG, de 2ª a 6ª feira no horário de 9:00h às 11:00h.

Agendar sua consulta com antecedência pelo telefone (31) 3297-7227.

Categoria reivindica a volta do PAAV

O PAAV é a oitava cláusula da pauta de reivindicações dos trabalhadores da Copasa para a Campanha Salarial deste ano. A categoria requer que o Programa de Antecipação de Aposentadoria Voluntária (PAAV) seja reeditado, observando políticas de estímulo de premiação para todos os empregados em vias de aposentadoria, principalmente para os níveis inferiores e intermédios.

José Roberto Simões Campos, ex-superintendente da Área de Contabilidade, Custos e Patrimônio da Copasa, foi um dos que se bene-

ficiou com o PAAV e acompanhou de perto todo o processo. Ele fala como se deu essa experiência dentro da Copasa: "O objetivo do PAAV foi compatibilizar o momento vivido pela empresa com a realidade dos empregados mais antigos, cuja remuneração bruta representava 40% do custo que o empregado dava para a empresa. Segundo José Roberto, com o PAAV a Copasa rejuvenesceu e teve uma redução de custo, pois a empresa não tem mais obrigação de recolher os altos encargos sociais dos que saíram.

Sobre os benefícios para quem se aposentou e para quem ficou, José Roberto Simões dá a sua opinião: "Achei vantajoso para mim, porque eu saí de uma relação de emprego no momento em que ainda tenho energia e motivação para fazer outras coisas. Agora estou aproveitan-

do o meu potencial empreendedor e trabalhando por conta própria. Para o empregado que fica, o PAAV traz estímulos, porque abre possibilidades oportunidades de crescimento dentro da empresa. Além disso, o sangue novo abre caminho para novas idéias e potenciais que estão em estado latente e que podem gerar muita coisa".

A perda da experiência, apontada



como negativa por algumas pessoas dentro da empresa, de acordo com José Roberto Simões é uma perda natural, que acontece não apenas com as aposentadorias, mas

também com mudanças de emprego e até de cidade e que pode ser facilmente contornável. Na opinião do ex-empregado, a Copasa precisa se preparar melhor para o processo sucessório, que deve ser uma preocupação em todas as áreas, como forma de transferir conhecimento e parte da cultura da empresa e favorecendo a integração dos novatos com os mais velhos.

Sobre os pontos negativos da implantação do PAAV na Copasa, José Roberto Simões afirma que não encontrou nenhum ponto negativo no programa "Se eu fosse o presidente da empresa, eu já estaria pensando num próximo PAAV. As dificuldades iniciais são rapidamente superadas se a área de Recursos Humanos estiver preparada para desenvolver o potencial inovador e criador dos que ficaram, extraindo o melhor de cada um".

Pontos a ponderar

A opinião de José Roberto Simões, mesmo que abalizada por seus muitos anos de experiência e realizações em diversos setores da Copasa, é compartilhada apenas em parte pelo sindicato, visto que os trabalhadores que ocupam os níveis mais baixos da carreira perderam com a adesão ao PAAV. Esses companheiros foram prejudicados porque faltou uma política de preparação para essa brusca mudança da sua rotina e, principalmente, pela perda de benefícios, como cesta básica e ticket alimentação, que representavam um acréscimo substancial na sua remuneração.

As argumentações de que os aposentados possuem tempo disponível para buscar outras rendas e compensar as perdas desses benefícios, além de que a aposentadoria iria acontecer num futuro breve, mesmo sem o PAAV, não são aceitas pelo SINDÁGUA. Para uma próxima edição do Programa, os trabalhadores devem ser esclarecidos totalmente antes de decidir ou não pela antecipação de sua saída, para que a decisão seja a mais prudente e acertada. Para que todos sejam verdadeiramente beneficiados com o programa, é preciso que as perdas imediatas e futuras sejam levadas em conta e que cada um estude o seu caso individualmente, e com muito cuidado, antes de resolver pela sua aposentadoria antecipada.

Trabalhadores admitidos na Copasa após 1988

Notícias recentes dão conta que o Ministério Público de Minas Gerais (MPE) notificou a Copasa para explicação quanto a possíveis irregularidades administrativas, entre elas terceirizações, plano de cargos, carreiras e salários, concurso público etc.

Tendo em vista a preocupação da categoria, principalmente daqueles admitidos na empresa a partir de 05 de outubro de 1988, sem concurso público amplo, devemos esclarecer que a grande maioria desses trabalhadores, originários de prestadores de serviços, ingressou na Copasa por força de sentença judicial, fundamentada em um vínculo empregatício patente e indiscutível. Esta sentença, por estar transitada em julgado e não caber mais ação rescisória, nos dá a certeza de que esses companheiros estão acobertados legalmente.

Os demais casos, quer seja mão-de-obra absorvida das prefeituras por força de cláusula do contrato de concessão de serviços, quer sejam profissionais altamente especializados, no campo da informática e afins, caracterizando transferência de tecnologia ou notório saber, também encontram respaldo na lei e, por conseguinte, serão provados como regulares, no momento oportuno.

O Ministério Público, no papel de guardião da sociedade, não julga ou altera a realidade jurídica. Cabe a instituição, tão somente, requisitar informações e investigações nos locais onde haja o interesse do povo para o levantamento de eventuais irregularidades e acionar os órgãos competentes da justiça para que, depois de ampla defesa e processo regular, ser proferida a sentença.

Reafirmamos a nossa posição de que, entre o conjunto de trabalhadores não serão encontradas irregularidades quanto à admissão na empresa e, caso não seja este o entendimento do MPE, todos os companheiros terão a defesa patrocinada pelo departamento jurídico do SINDÁGUA, em todos os níveis da justiça.

Outros caminhos - Enquanto isso, providências já estão sendo tomadas pelo Sindicato, através de contatos com parlamentares dos mais diferentes orientações políticas, na busca de meios para garantir a tranquilidade dos trabalhadores. Como exemplo, podemos citar a Proposta de Emenda Constitucional nº 54/99, para alteração do dispositivo que trata do ingresso de servidores públicos através de concurso, que está sendo discutida em Brasília atualmente.



Allen Sander (DTTO) e Gercianisio (DTIB), diretores do SINDÁGUA MG, com o Dep. Federal Ronaldo Vasconcellos, discutem em Brasília a PEC 54/99 sobre alterações de artigo na Constituição.

EDITORIAL



Campanha Salarial a pleno vapor

A Campanha Salarial de 2004 já está em andamento. A pauta de reivindicações foi entregue ainda no mês de março, junto com o pedido de oficialização da data-base. Enquanto aguardamos uma resposta da Copasa sobre os documentos encaminhados, estaremos realizando reuniões setoriais para tirar todas as dúvidas da categoria.

Um importante item que será negociado este ano é o desconto dos dias parados. No dia 6 de abril de 2004, o juiz do trabalho Dr. Marco Antônio Ribeiro M. Rodrigues **por sugestão da representação da Copasa**, decidiu que esta questão deverá ser discutida na mesa de negociações, visto que o assunto faz parte da nossa pauta de reivindicações. Caso o assunto não tenha uma resolução que beneficie o conjunto dos trabalhadores, o SINDÁGUA voltará a recorrer ao judiciário, sendo que já está agendada uma audiência na Justiça do Trabalho para o dia 11 de junho de 2004. Este ano, mais do que nunca, a categoria precisa mostrar durante as negociações a força da sua luta e vontade de defender seus direitos até o fim.

Não é justo que os trabalhadores, que são os responsáveis diretos pelo crescimento desta empresa e que convivem com terceirizações, falta de motivação e busca incessante por resultados, sejam punidos ao exercer o direito democrático de exigir melhores salários e melhores condições de trabalho e de vida.

Vamos mostrar que nossos anos de lutas nos ensinaram a não nos curvar e nem desistir de lutar pelos direitos dos trabalhadores.

José Maria dos Santos
Presidente

Diga NÃO ao acidente do trabalho

O dia 28 de março é considerado o "Dia de Luta contra o Acidente do Trabalho". Estudos indicam que para cada R\$ 1,00 investido em prevenção, tanto na área da saúde como na área de prevenção a acidentes do trabalho, evita-se gastos entre R\$ 5,00 e R\$ 7,00 no tratamento ou custo do acidente. Tanto a prevenção como a predição de acidentes devem fazer parte dos "planos de redução de custos" das nossas empresas. Investir em segurança também é uma forma de melhorar os resultados.

Danos em Veículos e Infrações de trânsito afligem trabalhadores

A frota de veículos da Copasa foi praticamente toda renovada. Mas essa não foi a única mudança acarretada pela nova diretoria em relação aos veículos. A atual administração editou uma Norma de Procedimento elevando para 50% o percentual a ser descontado dos condutores de veículos envolvidos em acidentes, enquanto na antiga NP este percentual sobre os gastos efetuados nos consertos era escalonado: 20% na primeira ocorrência, 40% na segunda e 50% nas subsequentes. Além disso, foram desengavetadas todas as ocorrências de acidente de trânsito acumuladas desde 1998, que a direção da empresa quer julgar num curtíssimo espaço de tempo.

Em função do tempo restrito, do acúmulo de dossiês e da falta de informações sobre fatos acontecidos há até seis anos atrás, o julgamento feito pelo Grupo de Análise de Danos em Veículos e Infrações (GADVI) está penalizando inúmeros companheiros. Apesar das intervenções do SINDÁGUA, que está acompanhando os trabalhos e julgamentos da GADVI, cobrando mais cuidado nas avaliações e exigindo investigações mais detalhadas sobre como ocorreram os acidentes.

Para tentar amenizar os problemas levantados nesta questão, no início de março, o Sindicato mandou uma correspondência ao presidente da Copasa, apresentando algumas propostas:

- Extinção de todos os processos de danos em veículos anteriores a 1º de janeiro de 2003;
- A cobrança relativa a danos em veículos e multa por infração de trânsito só deverá ser feita após o julgamento do caso;
- Restituição dos valores já descontados nos casos de isenção de culpa;
- Revisão da Norma de Procedimentos, garantindo ao trabalhador paridade de repre-



sentação nos julgamentos dos processos e mantendo o escalonamento dos índices de desconto até chegar ao percentual de 50%;

- Análise de todos os postos de trabalho para que não haja sobreposição de obrigações para os condutores de veículos, com contratação de motoristas quando necessário;
- Atualização do prêmio motivacional, visto que os valores das multas e os reparos nos veículos estão cada vez mais caros;
- Criar uma Norma de Procedimentos específica para o assunto, onde seja priorizado o caráter educativo e não apenas o indenizatório.

A direção da empresa precisa levar em conta que não são apenas os veículos que necessitam de cuidados e investimentos, os trabalhadores também necessitam de atenção especial por parte da atual administração. A GADVI deve ser instruída, antes de fazer o seu julgamento final, que é necessário levar em conta que os condutores de veículos são sobrecarregados com a pressão do trânsito, a urgência de seus serviços, a realização de múltiplas tarefas e a comunicação via rádio, entre outros fatores que podem acabar lhes tirando a concentração e gerando acidentes.

O SINDÁGUA defende que seja criada uma política de treinamento para os condutores e que estes sejam amplamente esclarecidos, para não saírem prejudicados quando houver a necessidade de desempenharem suas funções, que exigem a condução de veículos da empresa.

Encontro Nacional dos Sindicalistas anti-racismo

A Comissão Nacional Contra a Discriminação Racial (CNCDR) juntamente com a Secretaria Nacional de Políticas Sociais da CUT coordenarão os trabalhos de preparação do encontro que deverá, entre outras atividades, aprovar seu regimento interno, discutir as eleições de 2004 e realizar a eleição dos membros da direção da CNCDR para o próximo triênio. Além dos Direitos Humanos, o V Ensar vai debater sobre as Reparações e Ações Afirmativas e sobre a Organização e o Balanço da CNCDR.

...

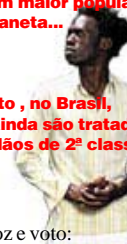
Art. 5º. Podem ser delegados no V Encontro Nacional CNCDR com direito a voz e voto:

...

IV. Os delegados indicados pelos Encontros Estaduais realizados de 15 de março a 25 de abril de 2004, de acordo com a proporcionalidade a que cada Estado tem direito.

O Brasil, depois da Nigéria, É o país com maior população negra do planeta...

... no entanto, no Brasil, os negros ainda são tratados como cidadãos de 2ª classe.



JORNAL DO SINDÁGUA

Presidente: José Maria dos Santos - Diretor de Comunicação: Juarez Eduardo de Souza - Edição: Janaina da Mata - MG 064.87 - JP - Diagramação: Alison Christian - Fotos: Janaina da Mata - Tiragem: 9.000 exemplares Impressão: Fumarc

SINDÁGUA MG - R. Congonhas, 518 - Sto. Antônio - Belo Horizonte-MG - CEP 30330-100
Tel: (031) 3297-7227 Fax: (031) 3297-7224 - Home Page: www.sindagua.com.br e-mail: sindagua@uol.com.br

SINDÁGUA

REGISTRO

CUT

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Pur. e Distrib. de Água e em Serviços de Esgotos do Estado de MG - 07/Abril/2004 - nº 197

Dias parados

No último dia 6, foi colocada em pauta de julgamento a questão dos dias parados, na 34ª Vara da Justiça do Trabalho, em BH. O Juiz do Trabalho, acatando sugestão da empresa, decidiu remeter o caso para ser discutido na mesa de negociações salariais, visando o Acordo Coletivo 2004/2005.

Como todos sabem, e muitos sentiram no próprio bolso, a Copasa, de forma truculenta e antidemocrática, decidiu cortar os dias de greve, período que permanecemos parados, mesmo contra a nossa vontade, para alcançar um Acordo Coletivo digno e justo.

A decisão do juiz do trabalho adia mais uma vez a nossa possível vitória. Como decisão judicial não se discute, é preciso obedecê-la. Vamos unir nossas forças e lutar até o fim para que a categoria consiga o reembolso desses descontos. Seja dentro da Campanha Salarial ou recorrendo novamente à justiça, pois caso não haja consenso durante as negociações, uma nova audiência, esta sim de JULGAMENTO, já está marcada para o dia 11 de junho de 2004.

Reforma Sindical em discussão

No último dia 31 de março, dirigentes sindicais mineiros, entre eles diretores do SINDÁGUA-MG, participaram de um debate no Colégio Imaco, em Belo Horizonte, para discutir a proposta de Reforma Sindical apresentada pelo Fórum Nacional do Trabalho. Foram convidados para compor a mesa os representantes da CUT Na-

cional: Rosane da Silva, Secretária de Política Sindical; Arthur Henrique da Silva, Secretário de Organização; José Maria de Almeida, Jorge Luiz Martins e Pascoal Carneiro, Diretores Executivos.

As principais questões discutidas foram: o fim do imposto sindical, o novo sistema de negociação coletiva, a organização

das entidades sindicais e a criação de uma representação dos trabalhadores nos locais de trabalho. Alguns sindicalistas acreditam que a proposta trouxe avanços, outros acham que ela acarreta perda de direitos e ainda existem aqueles que querem vetar a proposta inteira e ir para as ruas derrubar a Reforma Sindical apresentada.

Mas há um ponto amplamente majoritário entre sindicalistas, governo e até entre os empresários: a reforma é necessária, pois a nossa estrutura sindical data da década de 30 e passou por pouquíssimas mudanças, criando aparelhos sindicais, na maioria das vezes, afastados das bases e longe das lutas. Precisamos ter sindicatos mais fortes e mais representativos, para que consigamos reduzir as más condições de trabalho e obter melhores resultados nas negociações coletivas. Atualmente, no Brasil, os salários estão perdendo cada vez mais seu valor de compra e os sindicatos enfrentam grandes lutas para repor as perdas inflacionárias e conquistar benefícios.

Representantes do SINDÁGUA-MG participam do debate.
Em destaque: mesa composta por dirigentes da CUT Nacional



SINDÁGUA PARTICIPA DO FÓRUM SINDICAL DOS TRABALHADORES EM BRASÍLIA

O SINDÁGUA esteve presente na caravana de diversos estados em Brasília, para o Fórum Sindical dos trabalhadores, que reuniu Sindicatos, Federações e Confederações. Entre as propostas encaminhadas ao Congresso Nacional, estão a Geração de Emprego e Renda; proteção contra a demissão imotivada; redução da jornada de trabalho definição de política salarial e reposição de perdas; recuperação do salário mínimo; redução do fator previdenciário e a redução de juros.



NESTA EDIÇÃO

- Julgamentos da GADVI prejudicam trabalhadores

PÁGINA 02

- PAAV é ponto de pauta
- Trabalhadores têm respaldo da Lei

PÁGINA 03

- Balancete financeiro
- Consultoria jurídica

PÁGINA 04